

REVISTA

FUTURO DO PRETERITO

MAR. 2025 - VOL. 1 - N. 7

FEUSP

BIOGRAFIA: Entrevista
com a caloura de
Pedagogia, Geovanna
Pivatti

**PERGAMINHO DO
TEMPO:** A educação
entre Paideias e
Commodities

10 COISAS: 10
perguntas para
discutir o “novo”
Ensino Médio

SETORES:
Pró-Reitoria de
Graduação (PRG)

**CONVERSA COM
QUEM MANJA:**
Professor
Pedro “Pepê”



Futuro do Pretérito

(revista estudantil da FEUSP)

ISSN: 2675-455X

Publicação eletrônica (divulgação)

Quadrimestral

Imagem da capa

Professor Pedro "Pepê"

(Fonte: Mariana Festa)

Direção Editorial

Nickolas de Angelo Sugarava da Silva
(FFLCH/USP)

Conselho Editorial

Bianca dos Santos Lima (FFLCH/USP)
Glauber Carvalho da Silva (IME/USP)
João Vitor Araujo Batista (FEUSP)
Kimberly Campos (FFLCH/USP)
Mariana Gaia Cazassa Festa (FEUSP)
Nicholas Fernando de Lima Laurentino
(FFLCH/USP)
Nickolas de Angelo Sugarava da Silva
(FFLCH/USP)
Paulo Henrique Marçal (FEUSP)
Victoria Tanzi Martins (FFLCH/USP)

Revisão

Fabiana do Amaral Godioso (FEUSP)
Giovana Luiza Carneiro (FEUSP)
Maria Luíza Gutierrez de Camargo (FEUSP)
Natalia Miranda Fernandes da Silva (FFLCH/USP)
Patricia Cristina Martins Freitas (FFLCH/USP)
Rafaela Cristina da Silva Gonçalves (FFLCH/USP)
Tânia Pasqualucci (FEUSP)

Diagramação

Ana Beatriz Lima Brasil (FFLCH/USP)
Ana Larissa Porto Leite (FEUSP)
Jennifer Souza Almeida (FFLCH/USP)

Juliana Leandra Silva de Oliveira (Alumni FEUSP)

Marina Gonçalves Barbedo (FFLCH/USP)

Nicolle Marinho Martins (FFLCH/USP)

Assessoria de Imprensa e Comunicação

Gabriela Bastos Mellone (FEUSP)

Juliana Leandra Silva de Oliveira (FEUSP)

Mariana Naumoff Fujii (FEUSP)

Apoio e Fundação

Beatriz Hitos Silva (Alumni FEUSP)

Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Millena Miranda Franco (Alumni FEUSP)

Colaboração

Comunicação e Mídia da FEUSP

Direção da FEUSP

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora Profa. Dra. Maria Arinda do Nascimento
Arruda

Faculdade de Educação

Diretora Profa. Dra. Carlota Boto

Vice-Diretor Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária - Butantã

05508-040 - São Paulo - Brasil

Escreva para a revista Futuro do Pretérito
revista.futuro.preterito@gmail.com

Visite nossa página:

<http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito>

• As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão do corpo editorial da revista Futuro do Pretérito.



sumário

05

APRESENTAÇÃO

Estamos muitos felizes por estar aqui!
Esta é a primeira revista feita por
estudantes na história da FEUSP!



07

10 COISAS

10 perguntas para discutir o “Novo”
Ensino Médio



19

PERGAMINHO DO TEMPO

A Educação entre Paideias e
Commodities



25

RELATOS

Relatos de docentes sobre suas
realidades na Educação

29

CONVERSA COM QUEM MANJA

Conheça um pouco mais sobre as mudanças no Ensino Médio através da entrevista com o professor Pedro “Pepê”



34

SETORES

Conheça um pouco mais sobre a proreitoria de graduação (PRG) da Universidade de São Paulo



35

BIOGRAFIA

Entrevista com Geovanna Pivatti, caloura em Pedagogia, na FEUSP



39

FIQUE DE OLHO

Fique por dentro dos principais eventos e atividades formativas do momento!



45

HORA DA DESPEDIDA

Entre para o nosso time! A revista é sua!



APRESENTAÇÃO

Por: Glauber Carvalho da Silva

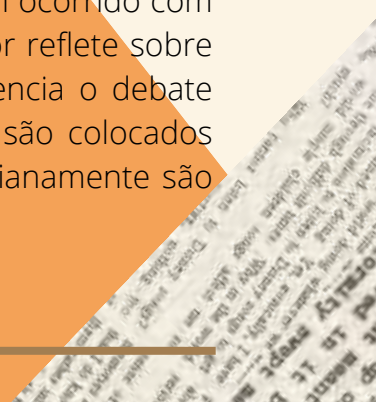
.....

Olá, queride leitor, é um prazer estar de volta! A equipe da Revista Futuro do Pretérito está animada para as edições deste ano, prometemos textos imperdíveis para (re)pensar a Educação do nosso país e colaborar na formação dos futuros professores. Para iniciarmos essa jornada, a nossa primeira edição busca refletir sobre a seguinte questão: “Novo Ensino Médio (NEM): Educação como gasto ou investimento?”. As discussões sobre tal tema já são conhecidas por muitos, dada sua urgência, mas preparamos um caminho interessante para quem deseja conhecer ou aprofundar seus conhecimentos. De antemão, desejamos denotar a importância de ouvir todos da comunidade escolar (alunos, professores, gestores e demais funcionários) sobre essa política educacional que se desdobra em todas as escolas brasileiras.

Inicialmente, temos o texto “10 perguntas para discutir o “Novo” Ensino Médio”, redigido por Bianca dos Santos Lima. A autora situa o leitor sobre o que é o NEM e discute sobre o descontentamento de alunos e professores acerca dessa política. Então, Bianca ilustra os interesses de empresas privadas na implementação do Novo Ensino Médio, uma vez que esse flexibiliza o acesso da iniciativa privada nas escolas. Dessa forma, é denunciado a perspectiva neoliberal, que alimenta tal política educacional, transformando o que poderia ser um investimento numa formação semiqualiificada dos estudantes.

Outrossim, na seção “Pergaminho do Tempo”, sob autoria de Kimberly Campos, temos o texto “A Educação entre Paideias e Commodities”. Esse escrito discute sobre algumas concepções de Educação, construídas historicamente. Em especial, se fala sobre a busca por excelência vinculada à Educação grega e o utilitarismo que move os discursos sobre o tema na atualidade e propõe um diálogo com o setor econômico (com aplicação de saberes à indústria) que reduz saberes culturais e humanísticos. A partir desse texto, podemos olhar para o Novo Ensino Médio e problematizar a lógica neoliberal que movimenta a sua implementação e criação.

Na seção “Relatos”, João Vitor Araujo Batista discute sobre o NEM a partir de alguns depoimentos anônimos de professores, tanto da rede pública quanto da particular. Dessa forma, João escreve sobre uma descentralização da figura docente que tem ocorrido com a “plataformização” da Educação no estado de São Paulo. Com isso, o autor reflete sobre como o neoliberalismo, combinado com as exigências do mercado, influencia o debate sobre os deveres da escola. É salutar mencionar que ao longo do texto são colocados trechos dos depoimentos, de modo a evocar as vozes daqueles que cotidianamente são afetados pelo Novo Ensino Médio.





No que segue, em “Conversa com quem manja” Mariana Gaia Cazassa Festa traz uma entrevista realizada com o professor Pedro “Pepê”, que atua na docência há muitos anos e teve experiência com escolas públicas estaduais e privadas. Na opinião dele, quando se pensa no Ensino Técnico proposto pelo Novo Ensino Médio se entra em cena a falta de formação adequada dos professores. Pedro comenta também as diversas mudanças que o Programa de Ensino Integral (PEI) propõe nas escolas, destacando aspectos positivos e negativos. Para esse professor, é necessário que ao pensar sobre Educação se busque ouvir pesquisadores desse campo de pesquisa e estudos, assim como de professores que vivenciam a realidade das escolas. Por fim, o entrevistado nota uma disparidade entre a implementação do NEM nas instituições de ensino pública e privada, reafirmando um acesso desigual à Educação.

Ademais, temos a seção “Biografia”, na qual Nickolas de Angelo apresenta uma entrevista realizada com Geovanna Pivatti, uma caloura do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da USP. Geovanna vivenciou o Novo Ensino Médio e relata insatisfação com a nova grade de disciplinas. Pensando nas dificuldades que tivera na trajetória estudantil, a entrevistada conta como a pandemia influenciou em uma defasagem de conhecimentos. Além disso, Geovanna diz sobre uma diferenciação do Ensino Médio noturno dos demais períodos. Para encerrar, ela fala sobre professores que marcaram sua vida e conta um pouco mais sobre si.

Em “Setores”, Nicholas Fernando Laurentino escreve sobre a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da USP. Esse órgão é responsável por pensar na vida universitária dos graduandos da universidade. É também responsabilidade da PRG discutir e implementar as políticas educacionais. A partir da apresentação escrita por Nicholas, tem-se que essa Pró-Reitoria dá suporte à Bolsas e Programas que contribuem para a experiência e formação universitária, como é o caso de do Programa de Bolsas de Extensão Universitária para alunos de licenciatura, uma parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC).

Por fim, apresentamos algumas possibilidades para você se inteirar sobre as discussões no campo da Educação que refletem acerca do Novo Ensino Médio, na seção que chamamos de “Fique de olho”, escrita por Victoria Tanzi Martins e Paulo Henrique Marçal. Nesse caso, as autoras trouxeram filmes, livro, textos e eventos disponíveis virtualmente. Desejamos a você uma ótima leitura!



10 PERGUNTAS PARA DISCUTIR O “NOVO” ENSINO MÉDIO

Por: Bianca Dos Santos Lima¹

Desde sua promulgação, em 2017, a reforma do Ensino Médio (EM) é alvo de críticas de organizações sindicais docentes e do movimento estudantil, além de pesquisadores e profissionais da educação. Em 2023, após 2 anos da implementação do currículo, manifestações convocadas por secundaristas mobilizaram estudantes de 51 cidades brasileiras em prol de sua revogação – uma das maiores, ainda que não única, manifestações sobre o assunto. Embora o desejo de reformulação total do EM não tenha sido atendido, a pressão popular e docente promoveu o debate sobre a questão, levando o Ministério da Educação (MEC) a lançar a “Consulta Pública para a Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio”, no mesmo ano de 2023. A partir dessa pesquisa e de discussões no Planalto, foi sancionada a Lei nº 14.945/2024, que altera alguns dos aspectos mais reprovados da Lei nº 13.415/2017, a qual havia instituído a reforma.



MANIFESTAÇÃO CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO EM BRASÍLIA, 15 DE MARÇO DE 2023.
FONTE: PODER 360 ([HTTPS://WWW.PODER360.COM.BR/BRASIL/ESTUDANTES-PROTESTAM-CONTRA-NOVO-ENSINO-MEDIO-PELO-PAIS/](https://www.poder360.com.br/brasil/estudantes-protestam-contra-novo-ensino-medio-pelo-pais/))

Tendo em vista a relevância e a gravidade deste tópico, a 17ª edição da FP — uma revista produzida por e para estudantes da área da Educação — busca discutir as visões que permeiam a alteração do currículo. Nessa perspectiva, a coluna 10

¹Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. E-mail: biancadslima@usp.br.

coisas propõe 10 perguntas básicas para entender de que trata tal reforma, qual a avaliação de docentes e discentes sobre ela, quais mudanças surgem com a nova Lei de 2024 e, finalmente, se o atual currículo se aproxima da visão de Educação como gasto ou como investimento — subtítulo da edição. A elaboração das questões ocorreu de forma natural, já que cada resposta apresentava uma contradição ou ponto obscuro que, conseqüentemente, incutia novas dúvidas. Desse modo, salienta-se que o assunto não pôde ser encerrado em apenas 10 tópicos, e não se espera aqui impor respostas cabais, mas sim fornecer pontos de partida para discutir as problemáticas relativas ao “Novo” Ensino Médio (NEM), baseando-nos em aspectos considerados basilares para tal.

1. O QUE É O “NOVO ENSINO MÉDIO”?

A reforma curricular do Ensino Médio de 2017, popularizada por determinados setores de interesse como “Novo ensino médio” (NEM), foi instituída pela Lei 13.415 e promoveu alterações estruturais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96). Pautada na oferta de cursos em tempo integral e de modalidade técnica, além da flexibilização do currículo — a ser dividido entre Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos —, a proposta foi justificada à época como uma maneira de “contemplar as diferentes juventudes” e ser mais atraente para os estudantes.

Ambos os pretextos surgiram como resposta à evasão escolar, mas desconsideram, contudo, pesquisas como as de Volpi (2014), para Unicef, a qual “evidencia que os adolescentes apontaram como causas do abandono escolar a violência familiar, a gravidez na adolescência, a ausência de diálogo entre docentes, discentes e gestores e a violência na escola” (Ferretti, 2018, p. 27). Tais tópicos apontam não só para problemáticas de ordem socioeconômica, mas também para a falta de estrutura das instituições escolares — que tendem à precarização em decorrência da PEC 95, aprovada no mesmo ano do NEM, e que estabeleceu o teto de gastos na Constituição para diversas áreas, incluindo educação. Nessa perspectiva, a reestruturação curricular proposta parece pouco efetiva para solucionar o problema pelo qual tenta justificar-se.

2. O QUE HÁ DE "NOVO" NO NEM?

Conforme idealizadores e defensores da reforma, seu trunfo consistiria na possibilidade de protagonismo juvenil e na diversificação do currículo — ambos embasados na escolha de Itinerários Formativos. Em tese, estudantes teriam a possibilidade de moldar parte de sua trajetória escolar de forma autônoma, além de reduzir o número de matérias por meio da não-obrigatoriedade dos componentes curriculares de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia. Soma-se a isso a promessa de preparo para o mercado de trabalho através do ensino técnico integrado ao regular.

Em relação ao ensino técnico, é de amplo conhecimento a existência de escolas que oferecem cursos técnicos seja de forma concomitante, seja no contraturno das aulas regulares — possibilidade instituída pelo Decreto 2208/1997 — a exemplo do Centro Paula Souza (CPS), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e do SENAI. Por conseguinte, a principal diferença dessa modalidade no NEM, é que ela retira parte da carga horária da Formação Geral Básica para inserção de matérias do técnico, que também possuirá carga horária reduzida em comparação ao modelo anterior — encaminhando-se, assim, à precarização de ambas as modalidades.

Diferente do que ocorreu durante a Ditadura Militar, determinadas matérias excluídas da FGB podem ser abordadas de forma transversal em outras aulas, não sendo, portanto, proibidas, mas sim, restringidas. No entanto, a transversalidade é dificultada na medida em que todas as áreas tiveram sua carga horária reduzida em detrimento do currículo flexível. Estruturação essa que, por sua vez, também não constitui uma novidade, pois a diversificação já era presente no texto original da LDB, reproduzido abaixo:

“Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (Art. 26, Lei 9.394/96).

Ainda que haja críticas ao funcionamento prático de tal artigo, as próximas perguntas apontam que a valorização dos itinerários formativos em detrimento da FGB não configura boa resolução. Cabe ainda salientar que, com base no que foi apresentado, o adjetivo “novo”, atribuído a reforma do EM, surge como fachada de um currículo tradicional, baseado em um texto da década de 70 — a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), muito criticada por educadores atuais e progressistas —, e que precariza algumas estruturas já existentes no sistema educacional brasileiro.

3. OS ESTUDANTES POSSUEM MAIS AUTONOMIA?

Os termos “autonomia” e “protagonismo” são alguns dos mais citados em se tratando da publicidade do NEM, mas tanto sua concepção como aplicação prática apontam para a sujeição do estudante à realidade material das escolas. Uma vez que o oferecimento das eletivas foi pouco delimitado, apenas referenciando as áreas de conhecimento da BNCC, e as unidades de ensino pareceram interpretar o texto de diferentes maneiras. Há um equívoco, também, na ideia de que o oferecimento levaria em conta as necessidades dos alunos, uma vez que “a definição dos arranjos curriculares a serem definidos por um dado ente federativo é prerrogativa desse, não do aluno” (Ferretti, 2018, p. 29). Por conseguinte, nem todas as escolas contemplaram as 4 áreas das eletivas e surgiram matérias pouco conteudistas, com nomes vagos e nada elucidativos sobre o conteúdo a ser estudado — como “O que rola por aí”, “Brigadeiro caseiro” e “A ação está em suas mãos” —, em contraste a outras de cunho demasiado específico para a educação básica — como “Psicologia da educação e psicomotricidade” e “Fundamentos teóricos e Metodológicos da educação de jovens e adultos”, consoante matéria da CBN (Bohnenberger, 2024). Por fim, devido à falta de infraestrutura das escolas, muitas dessas eletivas foram impostas ou sorteadas pelas instituições, conforme reportagem da Folha de São Paulo (Palhares, 2023). Assim, matérias de cunho universal perderam espaço para outras nem sempre relevantes aos estudantes — seja pelo conteúdo, seja pela faixa etária — em nome de uma propaganda enganosa de liberdade de escolha.

4. TODAS AS ESCOLAS POSSUEM A MESMA CARGA HORÁRIA?

Com a Lei 13.415/2017, todas as escolas devem cumprir uma carga mínima das matérias do núcleo de FGB e de itinerários formativos — cujos valores não são mencionados agora para evitar confusões com a configuração estabelecida pela Lei 14.945/2024, que ainda será explicada. Contudo, reportagens como a da Carta Capital (Basilio & Silva, 2023) e da Revista Balbúrdia (Arnaud, 2023), mostram que muitos colégios particulares aumentaram sua carga horária total para garantir o espaço das matérias de base na formação dos alunos. Em boa parte dessas instituições são mantidas, portanto, as disciplinas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia; a redução da carga horária das disciplinas base é menor e as possibilidades materiais permitem o oferecimento de eletivas adequadas aos alunos, à infraestrutura da escola e à formação dos professores.

5. QUAL A OPINIÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O NEM?

A partir da última pergunta e das manifestações aludidas na introdução desta coluna, uma conclusão fácil, talvez, fosse a de que alunos da rede pública desaprovam o NEM, enquanto os da privada, aprovam. Entretanto, reportagens como a já mencionada da Carta Capital (Basilio & Silva, 2023), mostram que a insatisfação é geral, porquanto mesmo com uma redução mais leve da FGB, no caso das escolas particulares, ainda falta tempo hábil para apresentação do conteúdo, culminando em um ritmo de ensino mais acelerado. Corroborar a reportagem uma pesquisa realizada pela Unesco Brasil em 2024, que mostra que 55% dos entrevistados estão insatisfeitos com o NEM, além de mal-informados ou muito mal-informados sobre seu funcionamento.

6. QUAL A OPINIÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS SOBRE O NEM?

A já referenciada pesquisa da Unesco Brasil destaca que 76% dos professores e 66% dos gestores estão insatisfeitos com a atual configuração do EM. Mesmo antes da implantação, manifestações de educadores e denúncias de não terem sido consultados em relação ao currículo do NEM já apontavam para tal resultado. Um fato curioso, no entanto, é que uma pesquisa superficial em sites de

busca aponta percepções positivas de alunos e professores, como observado em três pesquisas qualitativas — e não quantitativas, como a da Unesco. Duas delas provém do site Observatório, mantido pelo “Movimento Pela Base”, e a outra foi encomendada ao Datafolha pelo “Todos Pela Educação” — ambas instituições financiadas pela iniciativa privada e ligadas aos membros da Fundação Lemann e do Instituto Ayrton Senna. Tais instituições, por sua vez, coordenam o Projeto Inova Educação junto ao Governo do Estado de São Paulo — programa responsável pelas matérias de Tecnologia e Projeto de Vida do NEM. Tendo em vista que a maioria dos docentes e discentes está insatisfeita com o NEM, e que este descontentamento já vinha sendo demonstrado mesmo antes de sua implementação, surge a nossa próxima questão.

7. A QUEM INTERESSA AS MUDANÇAS DE CURRÍCULO NO EM?

Como já apontado na questão anterior, a iniciativa privada desponta como uma das grandes interessadas nas mudanças curriculares do ensino brasileiro. Tal fato se explica pelo artigo da Lei nº 13.415/2017, estabelecendo que “para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento”. Desse modo, face a determinadas precariedades do sistema de ensino brasileiro — verba limitada para materiais, ausência de livros para as eletivas, pouca formação continuada, desconhecimento sobre a estrutura e componentes do NEM, entre outros —, as empresas privadas surgem como fornecedoras de consultoria, formação para professores, materiais didáticos e até mesmo recursos materiais para as escolas — assim recebendo parte dos recursos orçamentários da Educação.

Juntam-se a essas empresas os representantes estaduais alinhados ao neoliberalismo, que através da resolução do “notório saber”, podem, em sua visão mercantilista, “economizar” o dinheiro que “dispensariam” em cursos de especialização e abertura de concursos públicos, por exemplo. Tal resolução dispõe que as escolas podem contratar “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional [...]” (§ 3º, IV, Lei 13.415/2017). Ou seja, há margem para a superexploração do professor, que dará aula de conteúdos para os quais não possui especialização adequada; ou, ainda, profissionais sem formação ou de áreas não-relacionadas à Educação assumindo aulas na rede pública.

8. EM QUE CONSISTE A MATÉRIA “PROJETO DE VIDA”?

Segundo o Portal G1, a matéria “Projeto de Vida”, componente obrigatório do NEM, consiste em “uma espécie de programa para ajudar os jovens a se conhecerem melhor e a tomarem decisões pessoais e profissionais” (Tenente, 2022). Dessa definição, desponta já a imprecisão e vagueza do “programa”, que, aludido pela locução generalizante “uma espécie de”, não indica embasamento em nenhum campo disciplinar ou área de conhecimento científico — como se espera de disciplinas base que visam desenvolver o senso crítico e o pensamento científico. Por conseguinte, abre-se caminho para que os conteúdos sejam apresentados pela perspectiva do senso comum, uma vez que não há bases teóricas bem delimitadas, tal qual ilustram os materiais abaixo, retirados do Portal A Terra é Redonda (Sacramento, 2024):



Fonte: <https://aterraeredonda.com.br/a-proposta-educacional-do-capital/>

O conceito trabalhado em aula, a resiliência, não é um conceito científico e sua investigação, conforme os slides, tampouco se baseia em situações de investigação científica. Trata-se, em verdade, de uma reflexão genérica que aliada a outros vocábulos presentes nos slides — “cenário corporativo”, “superar desafios”, “encarar a realidade” e “improvisar” — indicam o caráter mercantilista que a sustenta: a “resiliência” é uma característica desejada pelo mercado de trabalho, e é por ele definida como a capacidade individual de superar desafios e alcançar sucesso. Colocando em perspectiva que tal matéria é estruturada pelo Inova Educação, ligado à iniciativa privada, salienta-se seu caráter neoliberal. Conforme aponta o próprio Portal A Terra é Redonda:

A conclusão da aula exige que os alunos passem a aplicar o que aprenderam, a “resiliência”, encarando “a realidade” e buscando “sentido” para “improvisar”. A realidade, produto das relações de produção, da exploração e da desigualdade, é mistificada porque deve ser apreendida para ser encarada, ou melhor, aceita como ela é para ser suportada. [...] A improvisação, por sua vez, é uma figura de linguagem malfeita para que o aluno “se vire”. (Sacramento, 2024).

9. QUAIS SÃO AS MUDANÇAS DO NEM COM A LEI Nº 14.945/2024?

Dentre os pontos preocupantes mencionados anteriormente, vale mencionar que a resolução do “notório saber”, bem como a possibilidade de Ensino à Distância, foram vetados pelo Projeto de Lei 5230/2023. A esses avanços, somam-se as mudanças estabelecidas pela Lei nº 14.945/2024, que consistem, principalmente, no aumento da carga horária da FGB, na delimitação e diminuição de carga horária das eletivas, bem como o retorno das matérias de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia — a carga horária, porém, continua inferior àquela precedente à reforma do EM. A partir de 2026, alunos do 1º ano do EM terão 2400 horas de FBG — antes 1800 — e mínimo de 600 horas de eletivas — antes 1200. Os que optarem pelo ensino técnico terão 2100 horas de FGB — antes 1800 — e mínimo de 900 horas de eletiva, das quais 300 poderão ser destinadas a conteúdos relacionados à formação técnica profissional oferecida — carga menor do que a oferecida, anteriormente, pelo CPS, pelos IFETs e pelo SENAI. As eletivas agora possuem temáticas restritas para corroborar a BNCC, além de tornar-se obrigatório que cada escola ofereça, ao menos, dois itinerários distintos. A Lei também prevê a elaboração de diretrizes precisas para os itinerários, mas isso ainda não foi cumprido. Persistem, contudo, pontos obscuros: Jonathan Almada, pedagogo e Diretor do Centro de Inovação e Conhecimento para a Excelência em Políticas Públicas (Ciepp), aponta a falta de clareza sobre como o Estado implantará e supervisionará essas mudanças; além de vagueza no trecho que permite a curricularização de atividades extraescolares, o que pode acarretar iniciação precoce no mundo do trabalho (Jorge, 2024).

10) EDUCAÇÃO: GASTO OU INVESTIMENTO?

Face às questões anteriores, é notável que a alcunha “Novo” Ensino Médio, sua missão de “preparar para o mundo do trabalho” (Governo SP, 2022) e o campo semântico de sua publicidade — “inovação”, “flexibilidade”, “produtividade” e afins —, alinham-se a um currículo que tem por base o “projeto de vida individual” (*Id.*, *Ibid.*) para culminar em um curso voltado às necessidades do mercado e à visão neoliberal de hipervalorização do indivíduo. Matérias essenciais são restringidas e os itinerários formativos, até o momento, invertem os conceitos de metodologia e disciplina, gerando esvaziamento do conteúdo, como aponta Iago Gomes, professor da rede estadual (Moncau, 2023).

Nesse sentido, a educação parece ser vista enquanto *lobby*, um investimento apenas no sentido econômico da palavra: “aplicação de capital com o objetivo de obter lucros” (Investimento, 2025) — no caso do NEM, mais especificamente, para formar mão de obra barata, alienada e semiquificada. Resultado oposto ao que propõe a Educação defendida pelos grandes pedagogos brasileiros — como Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez —, a qual visa a formação integral do sujeito, permitindo-lhe “entender ampla e criticamente tanto a sociedade em que vivem quanto a forma pela qual se estrutura o trabalho que realizam, tendo em vista a construção de formas mais humanas e igualitárias de produzir e viver” (Ferretti, 2018, p. 35). Essa, de caráter verdadeiramente emancipador — e não apenas propagandístico como a “liberdade” sugerida pelo NEM —, desponta como gasto para o Mercado na medida em que forma sujeitos conscientes da estratificação social e trabalhista, permitindo a luta ativa por Direitos e dificultando uma aceitação passiva das estruturas de exploração.

Embora alguns especialistas defendam uma possível correção do NEM para aproximá-lo da visão progressista mencionada, outros, como a cientista política e educadora popular Andressa Pellanda, apontam que não é possível remendar um currículo cuja base é inadequadamente pautada em “[um] modelo utilitarista e reducionista” (Moncau, 2023). Tendo isso em mente, a presente coluna tenciona acrescentar à discussão ao trazer informações sobre a elaboração e aplicação primária da Reforma, bem como de suas atuais mudanças — que, infelizmente, indicam a predominância do interesse empresarial em detrimento do pedagógico. Em meio a esse cenário preocupante, a mobilização de docentes e discentes surge como um respiro, pois demonstra que, apesar dos problemas que existem no sistema educacional brasileiro — os quais devem ser pontuados e discutidos —, ainda há interesse pelo saber e pela aprendizagem de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSESSORIA de Comunicação Social do MEC. "O que muda no ensino médio a partir de 2025". Portal Gov.br, 02/08/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>>.

Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

ARNAUD, Anike Araújo. "O Novo Ensino Médio em São Paulo e o aumento da desigualdade educacional". Revista Balbúrdia, São Paulo, 07/08/2023. Disponível em: <<https://sites.usp.br/revistabalburdia/o-novo-ensino-medio-em-sao-paulo-e-o-aumento-da-desigualdade-educacional/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

BASÍLIO, Ana Luiza. SILVA, Camila Da. "As grandes desigualdades entre o Novo Ensino Médio na escola pública e na escola particular". Carta Capital, São Paulo, 15/08/2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/as-grandes-desigualdades-entre-o-novo-ensino-medio-na-escola-publica-e-na-escola-particular/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

BOHNENBERGER, Pedro. "Disciplinas com nomes 'estranhos' causam dúvidas e amedrontam alunos do Novo Ensino Médio". CBN, Rio De Janeiro, 01/02/2024. Disponível em: <<https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/01/disciplinas-com-nomes-estranhos-causam-duvidas-e-amedrontam-alunos-do-novo-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Lei 13.415. Diário Oficial da União, 17.2.2017.

BRASIL. Lei 9.394/96. Diário Oficial da União, 23.12.1996.

BRITO, Silvia Helena Andrade; MARTINS, Guilherme Afonso Monteiro de Barros. "Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais". Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e77558, 2020, pp. 1-19.

CASTRO, Jane; RIBEIRO, Antônia Maria; WALDHELM, Mônica. Pesquisa Nacional sobre a implementação da Reforma Do Ensino Médio • Lei N. 13.415 De 2017: Percepções de gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil. Unesco Brasil, 2024. Disponível em: <https://articles.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2024/08/brz_ed_PesquisaEnsinoMedio_rel4_por_2024_final.pdf>.

FERRETTI, Celso João. "A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação". **Revista Estudos Avançados**, n.32 (93), 2018, pp. 25-42.

FRAGA, César. "PL do Novo Ensino Médio veda EaD e revoga notório saber". **Jornal Extra Classe**, 25/12/2023. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/10/pl-do-novo-ensino-medio-veda-ead-e-revoga-notorio-saber/#:~:text=PL%20do%20Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio%20veda%20EaD%20e%20revoga%20not%C3%B3rio%20saber>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

FRAGA, César. "PL do Novo Ensino Médio veda EaD e revoga notório saber". **Jornal Extra Classe**, 25/12/2023. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/10/pl-do-novo-ensino-medio-veda-ead-e-revoga-notorio-saber/#:~:text=PL%20do%20Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio%20veda%20EaD%20e%20revoga%20not%C3%B3rio%20saber>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

GOVERNO DE SP. "Ensino Médio de SP: Novo currículo potencializa aptidões e prepara os estudantes para o mundo do trabalho e ensino superior". **Portal Educação SP**, 01/02/2022. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/ensino-medio-de-sp-novo-curriculo-potencializa-aptidoes-e-prepara-os-estudantes-para-o-mundo-trabalho-e-ensino-superior/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

INVESTIMENTO. *In*: Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/investimento/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

JORGE, Marcos do Amaral. "Reforma do Novo Ensino Médio abre caminho para corrigir distorções, mas deixa pontos importantes em aberto". **Jornal da Unesp**, São Paulo, 23/08/2024. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2024/08/23/reforma-do-novo-ensino-medio-abre-caminho-para-corrigir-distorcoes-mas-deixa-pontos-importantes-em-aberto/>>. Acesso em 01 de março de 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. "Novo Ensino Médio - perguntas e respostas". **Portal MEC.Gov**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>>. Acesso em 26 de março de 2025.

MONCAU, Gabriela. "Entenda o que é o Novo Ensino Médio, alvo de protestos por revogação e tema polêmico no MEC". **Brasil de Fato**, São Paulo, 23/03/2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/23/entenda-o-que-e-o-novo-ensino-medio-alvo-de-protestos-por-revogacao-e-tema-polemico-no-mec/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

MONCAU, Gabriela. "Entenda o que é o Novo Ensino Médio, alvo de protestos por revogação e tema polêmico no MEC". **Brasil de Fato**, São Paulo, 23/03/2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/23/entenda-o-que-e-o-novo-ensino-medio-alvo-de-protestos-por-revogacao-e-tema-polemico-no-mec/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

PALHARES, Isabela. "Itinerários do novo ensino médio são impostos e até sorteados aos alunos". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25/03/2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/03/itinerarios-do-novo-ensino-medio-sao-impostos-e-ate-sorteados-aos-alunos.shtml>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

PODER360. "Estudantes protestam contra Novo Ensino Médio pelo país. **Portal Poder 360**, 15/03/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/estudantes-protestam-contrano-novo-ensino-medio-pelo-pais/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

TENENTE, Luiza. "Entenda o que é 'Projeto de Vida', componente obrigatório do novo ensino médio a partir deste ano". Portal G1, 12/01/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/12/o-que-e-projeto-de-vida-novo-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2025.

SACRAMENTO, Leonardo. "A proposta educacional do capital". Portal **A Terra é redonda**, 02/06/2024. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-proposta-educacional-do-capital/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

VOLPI, M. **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos**. Coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro. Brasília: Unicef, 2014.

PERGAMINHO DO TEMPO

A Educação entre Paideias e Commodities

Kimberly Camposa¹

Aretê homérica e paideias (VII - IV A.C.)

Aretê ou areté, é um conceito vinculado à ideia de excelência que, de acordo com Fonseca (1998), exprime uma espécie de ideal educativo grego. Considerando que a formação do homem no período homérico tinha como pano de fundo uma concepção cultural de virtude, a breve investigação do valor atribuído ao termo possibilita a compreensão das ideias assentadas no imaginário coletivo no que diz respeito à educação da época.



[...] aretê designa um atributo próprio da nobreza, um conjunto de qualidades físicas, espirituais e morais tais como: a bravura, a coragem, a força e a destreza do guerreiro, a eloquência e a persuasão, e, acima de tudo, a heroicidade, entendida esta como a fusão da força com o sentido moral. A esta concepção de aretê se juntou, não pela etimologia mas pelo sentido, agathós. Ser agathós é ser nobre, é ter força ou coragem ou habilidade para qualquer fim superior. (FONSECA, 1998, pp.7-8)

Nos cantos homéricos, o personagem Aquiles aparece como uma síntese do conceito areté, tendo o seu nome na narrativa amarrado a adjetivos que pretendem atribuir ao personagem um caráter virtuoso. Segundo Fonseca:

¹Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Para além do guerreiro valoroso, valente, corajoso e honrado, Aquiles é o protótipo do perfeito cavaleiro da época homérica, arcaica, cortês, cavalheiresco, de boas maneiras, fino e polido no trato social. Mas se é em Aquiles que melhor se realiza este ideal, é evidente que não se chega lá espontaneamente, antes se pressupõe uma educação apropriada. (FONSECA, 1998, p. 5)

Atendo-se ao pensamento mítico para exemplificar a realidade, a educação arcaica configura-se por meio de “uma pedagogia fundada no exemplo vivo ou no exemplo mítico, a pedagogia do paradigma. O herói prototípico institui-se como modelo exemplar a seguir; imitar os heróis, o que desperta a emulação, para, como eles, ser herói, possuidor da aretê heroica”. (FONSECA, 1998, p. 9). Neste cenário, o mito constitui o discurso que representa os valores concernentes à comunidade.



A batalha de Aquiles e Penteseileia, século V A.C. Fonte: Museu Arqueológico da Espanha

Paideia, segundo Jaeger (2003), é a forma interior da vida e expressa um desenvolvimento espiritual do homem. Por evolução espiritual entende-se o desenvolvimento da capacidade de elaboração da reflexão. A paideia política se refere ao início da ruptura da comunidade grega com o pensamento mítico, por volta do século VI a.C. Enquanto a educação arcaica baseava-se nos mitos para sustentar a formação do homem aristocrata, a significação racional da vida passou a direcionar o pensamento nas pólis de Atenas. O sistema de educação e formação grega passou a ser guiado pela investigação do mundo natural.

Modernidade e Utilitarismo

É possível assumir que, na modernidade, no imaginário das classes dominantes, o dinheiro ocupa um espaço semelhante ao das figuras



sagradas para os devotos da tradição mitológica na paideia arcaica. Para o capital, o dinheiro é o fim que justifica os meios e a palavra “gasto” é atribuída até às despesas orçamentárias destinadas à educação.

A luz da interpretação tradicional da teoria do valor proposta por Marx, é possível compreender que o valor não é algo inerente ao objeto posto em análise, mas algo forjado na realidade que determina a taxa de exploração e regula as trocas mercantis. Considerando que o valor é uma propriedade abstrata que permite a diferenciação entre duas ou mais mercadorias, pensar o ensino como um gasto reduz o conhecimento a condição de produto.

Na modernidade, o caráter da formação clássica, marcado pela abrangência e intersecção das áreas de ensino, dá lugar a uma mentalidade que preza pela aplicação dos saberes à indústria. Essa mentalidade é assentada no solo fértil do capitalismo e da globalização que, por demandarem ritmos acelerados e produtividade para se manterem em voga, partem de uma lógica utilitarista para atribuir valor ao conhecimento. Neste cenário, a educação deixa de ser um instrumento para a formação humana e se torna um ativo financeiro.

De acordo com Lenoir (2016), o utilitarismo é uma espécie de teoria da utilidade na qual os interesses individuais e mercadológicos prevalecem sobre o coletivo. Essa utilidade reduz o mundo a esfera econômica e abre margem para uma realidade onde a concepção de valor se restringe àquilo que se encontra a serviço do capital. Neste contexto, o utilitarismo avança sobre o sistema educacional, esvaziando o sentido da formação humana e desconsiderando os saberes que não são um meio para manutenção da ordem vigente, mas um fim em si mesmos. Para Ordine (2016), alguns saberes estão dissociados dos interesses práticos e comerciais, mas “desempenham um papel fundamental no cultivo do espírito e no crescimento civil e cultural da humanidade”.

Na tradição ocidental, a formação humana é compreendida como um processo de construção do sujeito, que deve se valer dos saberes adquiridos dentro e fora do ambiente escolar e universitário para se humanizar por meio de uma tradição cultural ampla.

[...] Como processo de formação humana, a educação apresenta-se como um processo desinteressado, embora aprender as técnicas e conhecimentos úteis e necessários para a reprodução material da vida faça parte da educação, ela não se reduz a isso e, principalmente, em sua essência, historicamente constituída, não é isso. Educação é a arte do cultivo do humano e, a humanização depende de uma série de saberes humanísticos geralmente não detentores de utilidade imediata. (ZATTI; PAGOTTO-EUZEPIO, 2022, p. 12)

Zatti e Pagotto-Euzebio, afirmam que os atuais ataques ao ensino público partem de setores reacionários e são frutos de uma ideologia utilitarista e neoliberal que entende a educação como um commodity. Partindo das reflexões de Ordine, os autores concluem que uma educação centrada no interesse econômico apaga o legado de saberes culturais e humanísticos.



[...] Tal acepção mais universal de utilidade do filósofo italiano, contrapõe as compreensões utilitaristas em educação, as quais privilegiam exclusivamente a profissionalização. Essa educação, apartando a aprendizagem das competências técnicas de uma formação cultural mais ampla, perde a dimensão universal da função formativa que possibilita aos alunos cultivarem autonomamente seu espírito. (ZATTI; PAGOTTO-EUZEPIO, 2022, p. 15)

Diante disso, a restrição da base curricular à transmissão de conteúdos que visam à profissionalização do sujeito para atender a demanda do mercado de trabalho representa a negação de um legado cultural que entende o ensino como algo fundamental à formação humana. No Brasil, essa negação é evidenciada com a implementação do novo ensino médio nas escolas, que reduziu a carga horária de matérias obrigatórias no ensino público.

Entre os nomes gravados nas placas das ruas e dos edifícios da Cidade Universitária, aquele que tem o seu significante associado à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ganha destaque a partir da imagem do professor emérito dessa faculdade que, por meio da educação, foi alçado de uma origem operária ao corpo docente da Universidade de São Paulo. No livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, Fernandes destaca o papel da educação na formação do sujeito e defende que o ensino é essencial no processo de letramento e construção do pensamento crítico.

Somente por meio da educação crítica é possível oferecer às classes populares os meios para a compreensão de sua realidade social e econômica e, assim, capacitá-las para participar ativamente na construção de um futuro melhor. (FERNANDES, 2006, p. 132)

Na tentativa de evidenciar que as posições sociais não surgem no vácuo, o sociólogo também refletia o papel do sistema educacional brasileiro na perpetuação das desigualdades sociais, uma vez que favorece as classes dominantes. Ele defendia que: “A educação devia espaço de respeito à diversidade e de promoção da igualdade, onde diferentes culturas se encontrem e se reconheçam, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática” (1989, p. 56).



Foto: arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, F. **A condição de sociólogo**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1987.

_____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, A. P. **Florestan Fernandes e a educação crítica no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

FONSECA, Maria de Jesus. A Paideia grega revisitada. **Millenium**, Viseu (Portugal), n. 9, jan. 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAEGER, Werner. *Paideia: The Ideals of Greek Culture* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press, 2003.

LENOIR, Yves. O utilitarismo de assalto às ciências da educação. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 159-167, jul./set. 2016.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PAGOTTO-EUZEPIO, Marcos Sidnei. Isócrates, professor de philosophía. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e162915, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201703162915>. Acesso em: 08 mar. 2025.

_____. Por que ler os clássicos? In: ____; ALMEIDA, R. (orgs.). **Nós, os antigos**: XI Semana de Estudos Clássicos da FEUSP. São Paulo: Képos, 2014.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

_____. Habermas e a reconstrução comunicativa do projeto da modernidade. **Problemata**, v. 6, n. 2, p. 283-312, 2015a. DOI: <https://doi.org/10.7443/22826>. Acesso em: 08 mar. 2025.

_____. Projeto emancipatório moderno: construção, desconstrução e reconstrução. **Pensando - Revista de Filosofia**, v. 6, n. 11, p. 341-383, 2015b. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/3245>. Acesso em: 08 mar. 2025.

_____; PAGOTTO-EUZEPIO, Marcos Sidnei. **Educação como processo de formação humana**: uma revisão em filosofia da educação ante a premência da utilidade. São Paulo: FEUSP, 2022. Coleção Galatea. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587047294>. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/767. Acesso em: 08 mar. 2025.

RELATOS

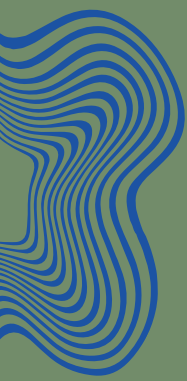
Por: João Vitor Araujo Batista

O princípio norteador que nos justifica — e, mais do que tudo, me justifica — na escolha do título para esta seção parte da perspectiva de que, ao fazer educação "com o que sobrou", dialogo com uma busca constante por formação, atitude e compreensão do fenômeno pedagógico-educativo. Trata-se de um processo sempre inconcluso e fractal, em que o gerúndio torna-se a melhor forma de descrever o trabalho docente na contemporaneidade. Essa existência está diretamente vinculada à do outro, inserida em um movimento contínuo de apropriação, transformação do conhecimento e participação em um projeto coletivo de humanidade.

Depoimento anônimo de um professor da rede pública:

"A Educação que vai acabar, que está acabando, é a Pública, que vai sendo sucateada e privatizada, com aplausos populares."

A centralidade do papel do docente foi gradualmente colocada em segundo plano à medida que as discussões sobre o novo ensino médio avançaram. Tal abordagem negligencia as questões estruturais que cercam o ensino, ao mesmo tempo que promove novas formas de aprender mediadas pelas tecnologias informacionais e pela chamada "plataformização" do Estado, intensificada no ensino médio de maneira alarmante.



Depoimento do Professor Fábio Porto, da rede pública:
"Eu não tenho como usar o celular em sala de aula. Geralmente, quando estou esperando os alunos concluírem uma atividade, costumo circular pela sala, olhando de perto o que os alunos estão fazendo e como estão fazendo."

As mudanças promovidas pelo novo ensino médio suscitam dois posicionamentos opostos. De um lado, há uma tendência de negar a importância da formação docente e privilegiar o uso de plataformas digitais, alegando que estas facilitam o gerenciamento de várias turmas com conteúdos padronizados.

Depoimento anônimo de uma professora da rede pública/particular de São Paulo:
"Infelizmente a educação logo logo terá um apagão de professores, pois além de péssimo salário a falta de segurança e reconhecimento da profissão."

Depoimento de um professor da rede pública:
"Como professor, minha experiência começou em 2007 e, desde então, tenho atuado tanto na iniciativa privada quanto como servidor público temporário... ao longo dos anos, percebi que as mudanças no novo ensino médio e na BNCC trazem desafios significativos. Minha perspectiva é mais crítica, pois vejo que a implementação dessas diretrizes nas Secretarias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo revela uma série de dificuldades enfrentadas pelos professores, que precisam ser discutidas e abordadas."

Depoimento de um professor da rede municipal e particular:

"Eu sou efetivo da prefeitura à tarde e estou tentando uma escola particular de manhã pra complementar minha renda. Mas penso sempre em estudar outra coisa, em outra área, que eu possa trabalhar e conciliar com a prefeitura, pois os salários e a condição de trabalho oferecida para nós professores estão cada vez piores."

Depoimento de um professor de Filosofia:

"Ou seja, quem leciona essas matérias — filosofia, sociologia, geografia e história — e ainda não conseguiu aulas, vai ter muita dificuldade para conseguí-las. Estão sendo substituídas por disciplinas dos itinerários formativos como o projeto de vida, por exemplo."

Depoimento de um professor de História:

"Bem, na verdade, os dilemas mais sérios da educação, no que diz respeito à minha vivência como profissional dessa área e trabalhando exclusivamente na rede estadual, nem é tanto a plataformação. Claro que ela é um problema, nessa redução estatística que é aplicada às crianças e aos adolescentes no nosso modelo escolar, mas o maior dilema na minha experiência enquanto professor do Estado é o quão distantes estão boa parte dos alunos do ambiente escolar."

Depoimento de um professor:

"Pela minha vivência como professor (de história, mas principalmente dos itinerários que ainda se ligam ao estudo das humanidades) da rede estadual, o investimento em plataformas não só não melhorou o ensino, como o tornou pior: mais utilitarista e estatístico do que nunca."

A visão neoliberal, ao negar projetos coletivos emancipatórios, promove um discurso que desvaloriza a capacidade da educação de transformar a sociedade. Ao mesmo tempo, reforça a ideia de que a escola deve adaptar-se às exigências do mercado, ignorando seu papel político na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Depoimento de um professor da rede particular:

"As escolas particulares mais caras, de elite, não suprimem disciplinas de Humanas, porque, do contrário, não só haveria queda nos vestibulares e no Enem, que lhes pertence, como não haveria elite dirigente para empresas e Estado. Trata-se de conhecimento necessário para várias áreas administrativas (todas)."

A crise da educação atual está relacionada à ausência de um projeto educativo coerente com as transformações sociais em curso. Essa desconexão é sentida como uma crise, pois a instituição escolar parece incapaz de acompanhar o ritmo acelerado das transformações sociais e tecnológicas. No entanto, a dissolução das identidades no contexto da globalização capitalista não é apenas um problema para os professores; trata-se de um fenômeno que afeta todas as dimensões da sociedade, reforçando a hegemonização cultural e aprofundando desigualdades e exclusões.

Conversa com quem manja: Novo Ensino Médio: entre promessas e desafios

Por: Mariana Gaia Cazassa Festa



A educação básica no Brasil tem sido alvo de intensos debates nos últimos anos, especialmente diante das reformas estruturais que alteraram significativamente o ensino público e privado. A reforma do Ensino Médio, por exemplo, foi defendida sob o argumento de proporcionar maior flexibilidade curricular e aproximação com o mercado de trabalho. No entanto, muitas dessas mudanças têm sido criticadas por educadores, estudantes e pesquisadores, que apontam a falta de infraestrutura adequada, escassez de profissionais qualificados e a ausência de uma consulta efetiva aos professores no processo de formulação das políticas educacionais.

No cerne dessa discussão, está a questão central sobre como a educação é percebida e tratada pelos gestores públicos. Enquanto a Constituição Federal garante a educação como um direito fundamental, na prática, o financiamento e a gestão das políticas educacionais frequentemente seguem uma lógica de contenção de gastos. Esse contexto impacta diretamente a qualidade do ensino, a permanência dos estudantes na escola e a valorização dos profissionais da educação.

Para aprofundar essa discussão, entrevistamos o professor Pedro “Pepê”, docente com ampla experiência na rede estadual e particular de ensino. Com formação em Ciências Biológicas pelo Mackenzie e mestrado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), com ênfase em Botânica, ele acumula 40 anos de atuação na rede estadual e 23 anos na rede privada. Atualmente, leciona na Escola Estadual Alcyr Oliveira Porciúncula, localizada em Osasco, e compartilhou sua visão sobre os desafios e impactos das recentes mudanças no Ensino Médio. Ao longo da entrevista, ele discute a precarização da educação pública, as contradições do modelo de ensino integral e a necessidade de valorização dos professores como agentes fundamentais na construção de políticas educacionais mais eficazes e justas.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR PEDRO “PEPÊ”

ENTREVISTADORA: A educação pública é um direito garantido pela Constituição, mas muitas vezes é tratada como um custo que precisa ser minimizado. Como professor, qual o impacto dessa visão na qualidade da educação no Brasil?

PROFESSOR PEDRO: Então, a educação brasileira está bem complicada. Primeiro porque estamos enfrentando um apagão de professores na educação básica, principalmente no ensino médio. A partir do momento que o aluno conclui o fundamental, há uma redução na demanda de alunos que seguem para o ensino médio, os números de evasão e abandono escolar ainda são altos. Por mais que existam projetos de recuperação contínua, esses números continuam elevados por conta de fatores externos: socioeconômicos, políticos, além do fato de os adolescentes ainda não terem uma perspectiva de ensino superior. Há alunos que chegam ao último ano, e não sabem o que querem cursar, mesmo com todas as opções de bolsas e cotas. Então um dos paliativos é o investimento no ensino técnico, e alguns dados já comprovam que muitos alunos que concluem o ensino técnico conseguem empregos, o que pode estimular a procurar o ensino superior.

ENTREVISTADORA: O Novo Ensino Médio foi apresentado como uma solução para tornar o ensino mais eficiente e alinhado ao mercado de trabalho. Na prática, você percebe essa mudança como um avanço para os estudantes da rede pública?

PROFESSOR PEDRO: A rede pública tem as ETECs, com professores bem preparados e alunos que são selecionados por meio do vestibulinho para as mais variadas áreas. Mas agora, o ensino técnico se estendeu para as escolas ditas regulares, com preferência para as escolas de período integral. E aí o que eu vejo é a falta de professores qualificados para dar aula no ensino técnico, falta de parceria com empresas para vagas de estágio, falta de bolsa de Iniciação Científica, e de feiras de profissões dentro das escolas, para que, no 1º ano do ensino médio, eles tenham plena consciência do que vão escolher a partir do 2º ano. Bom, no ensino médio, se o aluno mora, por exemplo, aqui no Jardim Mutinga [região da Escola Estadual Alcyr Oliveira Porciuncula] e ele escolheu enfermagem ou farmácia, aqui em Osasco não tem, porque o ensino técnico é ofertado em cima do que o município oferece de vagas para emprego, mas isso não o impede de cursar em Barueri, e nesse caso eles [o governo] bancam o transporte para que o aluno curse o que preferir, porque, muitas vezes, as escolas não têm recurso para manter todos os alunos da região.

Agora, você perguntou se nós [professores] fomos consultados: houve consulta, sim, e o MEC ofereceu uma plataforma para que os professores pudessem dar a opinião. Mas muitos professores não tiveram acesso, porque alguns diretores não falaram nada.

Não houve comunicação. Agora, o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo Público é contra esse modelo de curso técnico implantado pelo governo do Estado de São Paulo, porque, uma vez que já existem as ETECs, é uma maneira de falar que se está investindo, mas, no fundo, está formando mão de obra barata.

ENTREVISTADORA: A reforma do Ensino Médio trouxe mudanças na carga horária e na estrutura curricular. Houve investimento suficiente em infraestrutura, formação de professores e materiais didáticos para que essa transição fosse feita de maneira efetiva?

PROFESSOR PEDRO: Aqui era uma escola regular, e durante o período da reforma, ela teve a opção de se tornar uma escola integral. Aí teve uma mudança completa, passando por um conselho de escola no qual comunidade, alunos e professores votaram se eram a favor ou não. Eu fui contra em um primeiro momento, por ser uma escola excludente para os alunos que trabalham. Agora, para o aluno que ficou, há muita vantagem, porque não tem mais aula vaga. O professor fica 8 horas por dia na escola, mas não necessariamente em sala de aula. Ele tem horas de estudos, cursos de aperfeiçoamento, preparação de aula, e, em caso de ausência de outro professor, existe uma escala de substituição do corpo docente da escola por área. Há um coordenador pedagógico e ganhou-se coordenadores para cada área: ciências da natureza, ciências humanas e linguagens e códigos.

Foram implantadas também algumas premissas, como trabalhar o protagonismo do aluno. A secretaria da educação ofereceu cursos online para os professores terem uma formação continuada. Independentemente de o professor ter feito USP, Mackenzie ou qualquer outra faculdade boa, para além da questão acadêmica, a educação é uma ciência, e precisa estar sempre em atualização. Nesse novo modelo, temos que trabalhar a pedagogia da presença: uma tutoria individual e coletiva. Funciona assim: divide-se o número de alunos da escola pelo número de professores. Geralmente dá uma média de 28 alunos por professor. O professor, que se torna o tutor, vai trabalhar com o estudante a vida acadêmica, o projeto de vida e o “eu”, que, nesse caso, é o aspecto pessoal do aluno. Trabalha-se a pedagogia da escuta ativa, porque, a partir do momento que o estudante expõe um fato para mim, como eu não sou psicólogo, eu ouço e não oriento, para evitar conflitos com as famílias. Eu ouço e avalio se preciso encaminhar para a direção ou para algum especialista, como o conselho tutelar. Também temos um psicólogo que vem a cada 15 dias e faz um atendimento coletivo. Para o aluno fazer o atendimento individual, os pais precisam autorizar e pedir um encaminhamento.

O novo modelo também conta com o Clube Juvenil, no qual os alunos escolhem um presidente e um vice para montarem um plano de um projeto para desenvolver na escola, e, nesse momento, eles ficam sozinhos, sem professores, para desenvolver autonomia e protagonismo. É difícil, porque eles assumem papel de professor, precisam escrever um plano de aula, apresentar a gestão, fazer chamada, e, por serem adolescentes, orientamos a escolherem um professor “padrinho” para ajudar nessa parte.

É uma escola que difere do modelo regular, porque começamos a adaptar os espaços, pelo menos aqui. Agora tem sala com computadores, sala de multimídia, sala maker e um laboratório.

Todas as salas de aula têm uma TV conectada à internet, e os alunos receberam um tablet ou chromebook para usar em aula conforme o professor pede.

Os professores que trabalham na PEI (Programa de Ensino Integral) ganham uma gratificação e passam por uma avaliação chamada 360 no final do ano letivo. Ela recebe esse nome porque os professores se avaliam, avaliam a gestão, a gestão avalia os professores, e os alunos avaliam os professores e gestão. Isso funciona de forma anônima, e os alunos podem optar se eles querem ou não o professor na escola, mas cabendo sempre à gestão fazer uma avaliação, porque o que acontece muito é um professor ser muito exigente e eles não gostarem. A depender da nota final nesta avaliação, o professor pode não ficar na unidade escolar. Não pode ser exonerado por ser concursado, então há uma rotatividade nas escolas do Estado.

Mudou também a carga horária e a implantação dos itinerários formativos, independentemente da escola ser integral ou regular.

ENTREVISTADORA: Se os professores tivessem mais voz na definição das políticas educacionais, quais seriam suas principais sugestões para melhorar a qualidade do Ensino Médio no Brasil?

PROFESSOR PEDRO: Eu fico pensando, por que tantos pesquisadores de renome, mestres e doutores em Educação não são ouvidos quando vamos falar de educação pública, né? Nós precisamos ser ouvidos e termos voz. A primeira coisa que precisa ser feita para melhorar a educação, então, é a valorização da carreira. Precisa também fiscalizar os estágios de formação dos profissionais, e parcerias com universidades públicas para formação contínua. Mais bolsas de mestrado e doutorado em Educação para docentes ativos, e mais professores de dedicação exclusiva da educação básica, para evitar os dois turnos de trabalho.

A gente precisa de um secretário da educação competente pela sua formação acadêmica, não apenas um cabide de emprego de pessoas que nunca atuaram em sala de aula e muito menos são formados na área da educação.

As empresas também têm um papel nisso: se você implanta uma política que estimula as pessoas a terminarem os estudos, muitas iriam atrás. O fator socioeconômico também interfere muito na continuidade ou não de um jovem na escola. O jovem dentro da escola está fora da rua.

Mas, no final, eu achei as mudanças mais negativas do que positivas. Os itinerários já vieram formados do MEC, e se for comparar os da rede pública com a rede privada, estamos muito atrás nessa corrida. A meu ver, o Estado só está se preocupando em formar um profissional que continue sendo empregado da elite.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistadora Mariana

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PRG) – Universidade de São Paulo

Nicholas Fernando Laurentino

A Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da Universidade de São Paulo é um órgão central e peça fundamental da vida universitária da principal instituição de ensino superior da América latina. Ela é a responsável por coordenar os cursos de graduação — porta de entrada da universidade —, lhes garantindo a qualidade e inovação que tornam a USP tão reconhecida.

Além da gestão, a entidade também é a responsável por estabelecer as diretrizes acadêmicas, acompanhar a implementação de políticas educacionais e apoiar iniciativas que favoreçam a formação dos alunos; também supervisiona estágios, mobilidade estudantil e convênios com instituições nacionais e internacionais.

Entre as principais subunidades da PRG que lhe dão suporte em suas atividades, pode-se citar:

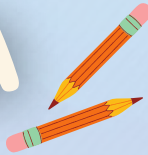
- Gabinete/Secretaria da Pró-Reitoria de Graduação;
- Bolsas e Programas da PRG;
- Assuntos Acadêmicos Alunos/ Matrículas.

As bolsas e programas propostos pela PRG aos alunos são partes essenciais na promoção da experiência estudantil na formação universitária. Eles favorecem e incentivam a permanência, assim como o desenvolvimento acadêmico e profissional. Como mais recente programa, está o Programa de Bolsas de Extensão Universitária, que seleciona 210 bolsas para alunos de licenciatura atuarem em escolas públicas estaduais, com valor de R\$ 2.100,00 mensais. "O programa tem como objetivo propiciar aos estudantes dos cursos de licenciatura da USP a oportunidade de aprimorar sua formação, exercitando a relação entre teoria e prática pedagógicas no cotidiano da escola.", afirmou o Pró-Reitor de Graduação Aluísio Augusto Cotrim Segurado, em entrevista ao [Jornal da USP \(29/11/2024\)](#).

São muitas as atividades da PRG que garantem a excelência da vida universitária dos graduandos e impactam positivamente a vida de centenas de estudantes, resultando em avanços não apenas para a formação de profissionais qualificados, mas para a sociedade como um todo.



Biografia



Por Nickolas de Angelo

Geovanna Pivatti é caloura de Pedagogia, apaixonada desde cedo pela educação, e recém-formada pelo Novo Ensino Médio.

Nickolas: Olá, Geovanna! Tudo bem? Obrigado por ter topado essa conversa com a gente. Poderia começar se apresentando?

Geovanna: Oie! Tudo bem? Meu nome é Geovanna, tenho dezessete anos, sou de Perus, São Paulo, caloura de Pedagogia na USP, e entrei pela Prova Paulista.

N.: Você estudou sempre na mesma escola? E foi na pública ou particular?

G.: Eu mudei de escola só uma vez e foi depois da pandemia, e sempre estudei em escola pública, estadual — foram duas escolas estaduais do meu bairro, fora a pré-escola e creche, que também foram públicas. No geral, eu sempre estudei no ensino público.

N.: Tendo concluído o Ensino Médio recentemente, você sente que a transição de modelo para o Novo Ensino Médio impactou na sua formação? E qual era o clima e as conversas entre seus colegas sobre a escolha de itinerários e as novas disciplinas?

G.: Eu terminei o Ensino Médio ano passado, né? E o Novo Ensino Médio começou no primeiro ano de escola mesmo — no primeiro ou no segundo — e já impactou imediatamente, principalmente pelas matérias novas, que eram Projeto de vida, e tinha também as eletivas, as matérias que você escolhia, mas não tinham nada a ver com o currículo de aulas. E, com isso, o que era ensinado na escola acabou ficando muito defasado, muito. Matérias essenciais, que eu gostava muito, como História e humanas no geral, acabaram ficando numa defasagem muito grande; deram mais prioridade para as matérias de Matemática, por exemplo, mas, ainda assim, estava bastante para trás e tinha muito espaço para as matérias que não eram do currículo, como por exemplo Informática e Programação — e não era uma

aula que eu sentia produtividade, não era uma aula que eu goste, me identifique, e acabei sentindo um atraso muito grande na minha aprendizagem.

O que eu gostava de estudar eu tinha que estudar por fora porque a escola não me proporcionava isso, e aí odiava, odiava mesmo. O Novo Ensino Médio não foi nada o que eu esperava que meu Ensino Médio ia ser, aprendi muito menos do que esperava aprender. E, no geral, eu sou bem insatisfeita com como ele foi conduzido e — tanto eu quanto meus colegas —, a gente tinha essa insatisfação coletiva sobre essa nova grade de matérias que foi imposta com o Novo Ensino Médio.

N.: Falando do elefante na sala: e a pandemia? Como foi essa época para você e sua família, e como sua escola lidou — às pressas — tendo todos aqueles novos desafios?

G.: Então, a pandemia foi uma fase difícil na minha vida e na de todo mundo em diversos aspectos. Não tive outra opção senão ficar em isolamento total porque eu tenho comorbidade, sofro de asma crônica — absurda — e não podia me expor de nenhuma forma mesmo; só saía de casa para ir ao médico enquanto minha família cuidava de qualquer outra obrigação que tivesse.

Minha escola lidou bem mal, de verdade. Não considero que tive meu oitavo ano de colégio porque a escola não passou nada e também não disponibilizava informações necessárias para eu conseguir ter acesso às aulas online, então eu acabei não fazendo esse ano. Acabou que me aprovaram — não sei se foi aprovação pelo conselho, mas eu não tinha nota nenhuma para considerarem, porque não participei das aulas e, no geral, nesse ano fiquei bastante alienada do que estava acontecendo na minha escola e do que ia acontecer dali para frente.

Aí, depois, em 2021, nono ano, eu mudei para outra escola porque eu sofria bullying na escola antiga e decidi que não queria voltar. A gente ainda estava naquela fase de aulas por grupos, em que uma semana é em grupo, em outra semana ia outro, e dessa parte já estava mais organizado e eu conseguia acompanhar melhor. Mas, em geral, esses dois — três, digamos assim — anos de pandemia foram bastante atrasados para mim, não tive aprendizado direito, não considero que valeu como anos produtivos academicamente para mim.

N.: E como foi a escolha de curso e o processo para aprovação na USP (bem como eventuais inconsistências entre o conteúdo escolar e o cobrado no vestibular)?

G.: Eu escolhi Pedagogia... Diria que é como uma vocação, porque tem vários registros meus criança — como em vídeo — falando que eu queria ser professora, que queria ensinar, levar conhecimento para outras crianças, e eu já tinha pensado e repensado várias vezes (porque é uma área que não tem sido valorizada ultimamente, só que meu coração seguiu).

A minha primeira opção de curso quando eu escolhi na época era Psicologia. É uma área que gosto bastante, mas estava pensando mais na questão econômica do curso; de eu ter um retorno melhor, (talvez) ter uma segurança melhor, e essa era a minha primeira opção. Eu passei em Pedagogia e pensei em desistir por causa da questão do retorno, também, só que eu decidi seguir meu coração e minha família também me incentivou porque eles sabiam que era para eu seguir essa carreira, que isso me faria feliz.

O processo de aprovação não foi dos mais fáceis, não foi tranquilo — foi algo que criei expectativas, para ser sincera. Eu soube da minha aprovação foi no dia em que tinha acabado de começar meus estudos para ENEM e para FUVEST. Literalmente no mesmo dia! Passei três horas estudando aqui no meu trabalho e recebi uma mensagem que eu tinha sido aprovada e estava sendo convidada para o grupo de calouros do meu curso. E eu fiquei impressionada, porque o conteúdo da prova estava muito diferente do que havia sido passado para a gente nesse ano — eu estudava no noturno durante o Ensino Médio e a educação desse período não era nem um pouquinho, mesmo, nada suficiente comparado aos outros períodos. E a gente ia para a aula basicamente para dormir, ou fazer alguma coisa só para dizer que fez, ou então ficar só conversando e eu não tinha matéria, praticamente; tinha muitas folhas vazias no caderno. Era muito inconsistente, então não tinha nenhuma forma de eu ser aprovada no vestibular; por isso simplesmente decidi que eu ia começar a estudar para o vestibular e passar na faculdade esse ano, sozinha, sem depender de curso, porque não tenho como pagar.

N.: Você tem algum professor marcante que lembra com carinho?

G.: Eu tenho três professores que tenho muito carinho. A professora Paula, de Biologia, da Escola Manuel Bandeira, em Perus (só que não sei se ela trabalha mais lá), o professor Alan de Português e Literatura, que dava aula para a gente e foi, inclusive, muito importante nas questões de interpretação da prova, muito importante mesmo, e a minha professora Viviane, que foi minha professora durante o Ensino Fundamental na Escola Brigadeiro Gavião Peixoto, em Perus também. Eles são os que eu queria ter como contar pessoalmente sobre minha aprovação, mas foram uma das primeiras pessoas para quem eu contei depois que fui aprovada, porque sinto que eu devia tudo isso a eles, sabe? Foram pessoas muito importantes na minha vida.

A primeira pessoa para quem eu contei foi meu melhor amigo, porque ele era o único que estava online no meu momento de surto. E aí, depois, eu contei pra minha mãe, pro meu pai e, quando caiu a ficha mesmo, que eu já tinha chorado, entendido o que aconteceu, resolvi mandar mensagem para esses professores, porque eles tiveram esse papel importante na minha vida. Então no calor do momento pensei em contar mais para minha família, e depois lembrei deles, que me ajudaram na minha trajetória.

N.: Geovanna, muito obrigado novamente; foi um prazer te conhecer! Queria saber mais sobre você. O que uma caloura do seu curso gosta de ler, ouvir, assistir (e fazer)? Quais são seus favoritos pessoais?

G.: Acho que minhas coisas preferidas no mundo são cozinhar, e sou apaixonada por música também. Respiro música, vivo de música o dia todo. Para levantar meu humor é música e cozinhar; é tudo para mim mesmo. Eu não tenho nada extraordinário, como já disse, mas sou apaixonada por essas coisas, já pensei até em fazer Gastronomia, ou até um curso de Música, mas fiquei preocupada em passar fome depois e aí desisti. Gosto de ler também, leio bastante ficção, estou começando a ler romance, mas ainda não me animei muito nesta parte não. Enfim, é isto!

Do que eu gosto, gosto muito de MPB, eu escuto principalmente Marisa Monte e Djavan. Ah, eu gosto R&B também, gosto da SZA sobretudo. Sou bem eclética, gosto de rap feminino, MC Luana, da Duquesa, da Tasha e Tracie... gosto de muita coisa!



FIQUE DE OLHO!

Por: Paulo Henrique Marçal e Victoria Tanzi Martins

No “Fique de Olho!” desta edição, trouxemos recomendações variadas para nos mantermos engajados em nossa luta.



FILMES

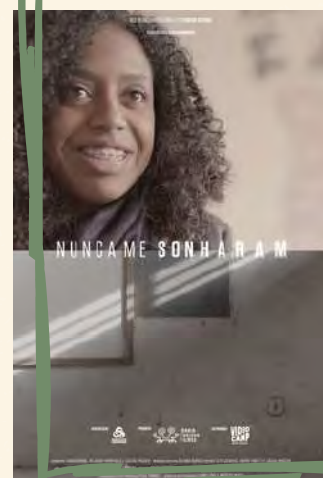
- **Sociedade dos Poetas Mortos (*Dead Poets Society*) (Disney+)**

Sinopse: Em um colégio tradicional e conservador, o professor John Keating inspira seus alunos a pensarem por si mesmos e a valorizarem a liberdade de expressão através da poesia. Sua abordagem desafia as normas rígidas da escola e motiva os jovens a buscarem seus verdadeiros sonhos. Este clássico do cinema mostra o impacto de uma educação baseada na criatividade, liberdade de pensamento e expressão pessoal, questionando modelos educacionais rígidos e destaca a importância de uma formação que valorize o pensamento crítico.



- **Nunca Me Sonharam**

Sinopse: O documentário brasileiro apresenta relatos de estudantes, professores e gestores sobre a realidade do Ensino Médio nas escolas públicas. Através de depoimentos emocionantes, expõe desafios estruturais, desigualdades educacionais e os sonhos dos jovens que lutam por um futuro melhor.



- **Escritores da Liberdade (*Freedom Writers*)**

Sinopse: Uma jovem professora enfrenta uma turma de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e usa a escrita como ferramenta de transformação. A trama mostra como a escuta ativa, o respeito às diversidades culturais e a inclusão podem transformar o ambiente escolar. O filme ilustra a importância de currículos que dialoguem com a realidade dos estudantes, uma crítica que se relaciona à padronização e precarização dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio.

LIVRO

- **Ensino Médio para Todos no Brasil: Que Ensino Médio?**

Organizado por Jaqueline Moll e Sandra Regina de O. Garcia, o livro discute os desafios da universalização do Ensino Médio no Brasil e analisa criticamente os impactos da reforma. Ele convida o leitor a refletir sobre qual modelo de ensino realmente atende às necessidades dos jovens brasileiros.



Link da palestra de lançamento:

<https://www.ufrgs.br/observatoriодоensinomedio-rs/2021/04/01/video-lancamento-do-livro-em-sino-medio-para-todos-no-brasil-que-ensino-medio/>



TEXTOS

- **Revisão do Novo Ensino Médio Ainda Apresenta Retrocessos Educacionais**

O texto explora como a proposta de revisão do Novo Ensino Médio ainda mantém aspectos problemáticos da reforma original, como a fragmentação curricular e a desigualdade de acesso entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/revisao-do-novo-ensino-medio-ainda-apresenta-retrocessos-educacionais/>

- **Educação, Valores e... a Barbárie do Novo Ensino Médio.**

Este artigo propõe uma reflexão ética sobre os rumos da educação pública brasileira após a implementação da reforma. Argumenta que o Novo Ensino Médio, ao privilegiar conteúdos utilitaristas em detrimento de formações críticas e humanas, compromete o papel social da escola.

Disponível em: <https://sites.usp.br/revistabalburdia/a-barbarie-do-novo-ensino-medio/>

- **Novo Ensino Médio: uma avaliação a partir dos estudantes.**

O texto é um artigo publicado nos anais do XIV Fórum Internacional de Pedagogia. A proposta é discutir se a implementação do Novo Ensino Médio na realidade das escolas respeita suas prescrições legais e o que os alunos pensam sobre tal política educacional. Como resultado, o artigo mostra um descontentamento expressivo por partes dos estudantes. É substancial essa pesquisa, uma vez que se coloca na tentativa de ouvir os discentes, parte tão esquecida no processo de aferição do NEM.

Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xiv-forum-internacional-de-pedagogia-xiv-fiped-408898/826013-novo-ensino-medio--uma-avaliacao-a-partir-des-estudantes/>

EVENTOS

- **O Novo Ensino Médio da Perspectiva das Escolas**

Este evento promove um diálogo direto com profissionais da rede pública estadual, municipal e do Centro Paula Souza, responsáveis pela implementação do Novo Ensino Médio em São Paulo. Ele oferece uma visão prática dos desafios e oportunidades trazidos pela reforma, ampliando o debate entre educadores, gestores e a comunidade escolar.

Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/o-novo-ensino-medio-da-perspectiva-das-escolas-conversa-com-profissionais-das-redes-de-ensino-municipal-e-estadual-de-sp-e-do-centro-paula-souza-sobre-as-mudancas-no-ensino-medio>

• I Conferência Nacional Desafios da BNCC e do Novo Ensino Médio

Em março de 2023, foi realizada a I Conferência Nacional Desafios da BNCC e do Novo Ensino Médio, organizada pelo Núcleo de Sociologia do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). O evento teve como objetivo principal promover uma reflexão crítica sobre as principais questões e desafios relacionados à nova configuração do Ensino Médio, resultante da reforma educacional impulsionada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Durante a conferência, a professora Dra. Jaqueline Rabelo (UECE) abordou os princípios, objetivos, entraves e limitações da BNCC, propondo uma análise dos obstáculos que ainda precisam ser superados para que a Base seja de fato um avanço para a educação no Brasil. Outro ponto alto da conferência foi a palestra do professor Dr. Cristiano Bodart (UFAL), que conduziu os participantes em uma reflexão profunda sobre o Novo Ensino Médio.

O evento foi transmitido ao vivo e teve sua gravação disponibilizada no canal da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) da UNIVASF no YouTube. Para assistir à gravação completa da conferência, basta acessar o seguinte link: [Assista à conferência](#).



- **Cátedra Instituto Ayrton Senna debate propostas de melhoria e ajustes do Novo Ensino Médio**

Em maio de 2023, a Cátedra Instituto Ayrton Senna promoveu um evento para debater propostas de melhoria e ajustes no Novo Ensino Médio, em uma discussão organizada pelo Instituto de Estudos Avançados Polo Ribeirão Preto (IEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP). O evento, exclusivamente on-line, foi transmitido pelo canal do IEA-RP no YouTube.

A mesa de discussão contou com a participação de importantes especialistas e autoridades da educação, entre eles: Alexsandro Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do Ministério da Educação (MEC); Iane Nobre, Coordenadora da Gestão Pedagógica do Ensino Médio do Estado do Ceará; Ghisleine Trigo, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação de São Paulo; Rubens Lacerda, Diretor de Avaliação de Educação Básica do Inep; Maria Inês Fini, ex-presidente do Inep e membro da Cátedra Alfredo Bosi do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP); e Guiomar Namó de Melo, educadora de reconhecida atuação no campo educacional. A mediação do evento ficou a cargo de Maria Helena Guimarães de Castro, titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna.

Para assistir à gravação completa do evento, acesse o link: [Assista ao evento](#).



Polo Ribeirão Preto



Instituto
**Ayrton
Senna**



- **Diálogos sobre o Novo Ensino Médio: Análise crítica a partir dos seus diversos atores**

Também em maio de 2023, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP sediou a mesa redonda intitulada “Diálogos sobre o Novo Ensino Médio: Análise crítica a partir dos seus diversos atores”, com o objetivo de discutir as implicações e os desafios da implementação do Novo Ensino Médio.

O evento contou com a participação de diversos convidados, entre eles o estudante de Linguística e Ciências da Natureza (LCN) Isaac Souza Gama, o funcionário da EACH Antonio Carlos de Oliveira Macedo, a professora Sara Pereira Santana e o professor Daniel Cara, todos trazendo perspectivas valiosas sobre a nova configuração do Ensino Médio no Brasil.

A mesa redonda foi organizada pela professora María Elena Infante-Malachias, do curso de LCN e membro do Grupo de Trabalho (GT) sobre o Novo Ensino Médio da Pró-Reitoria de Graduação da USP. O evento proporcionou uma intensa interação entre os participantes e o público, promovendo reflexões profundas e sugerindo possíveis ações para a implementação mais eficaz da proposta do NEM.

A gravação do evento está disponível no YouTube: [Assista ao evento](#).



PARTICIPE, A REVISTA É SUA!

**Queremos saber o que você
está achando da nossa revista**

Envie sua sugestão, elogio, crítica ou outros comentários

para o e-mail:



revista.futuro.preterito@gmail.com